



Educação Especial e Inclusiva: O Distanciamento entre o Discurso Legal e a Prática Educacional

Special and Inclusive Education: The Gap Between Legal Discourse and Educational Practice

Lidiane Jaqueline de Souza Costa Marchesan

Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Valéria Garcia Quevedo

Ramaces Garcia Marques

Resumo: A proposta desse estudo de apresentar o discurso legal e como é vivenciada a prática docente é uma inspiração para que seja dada continuidade a algo que nos é caro, a partir da problematização de como as diretrizes da Educação Especial na perspectiva inclusiva têm sido efetivamente implementadas no contexto escolar, considerando o distanciamento entre o que é proposto e a realidade vivenciada nas instituições de ensino. Dessa forma, a revisão bibliográfica e a análise qualitativa dos artigos elencados como apoio metodológico apontaram como resultados que a efetivação da educação inclusiva exige diversos investimentos contínuos, fortalecimento das políticas públicas, qualificação docente e práticas pedagógicas colaborativas. Ratifica-se ser um processo em construção, que demanda compromisso coletivo para garantir o reconhecimento e a aplicação do direito à educação para todos. Ficando claro mediante o exposto que existe distanciamento entre o que é proposto pelas políticas públicas e o que realmente é exercido nas práticas concretizadas no cotidiano escolar, que a consolidação da educação inclusiva não depende somente da existência de normativas e sim de sua efetiva implementação.

Palavras-chave: educação especial; educação inclusiva; atendimento educacional especializado; formação docente.

Abstract: The purpose of this study is to present the legal discourse and its relationship with the lived experience of teaching practice, serving as an inspiration for the continuity of a theme that is of great relevance to us. It is grounded in the problematization of how the guidelines for Special Education within the inclusive perspective have been effectively implemented in the school context, considering the gap between what is established in official regulations and the reality experienced in educational institutions. In this regard, the literature review and qualitative analysis of the selected articles, used as methodological support, indicate that the effective implementation of inclusive education requires continuous investment, strengthening of public policies, teacher training, and the development of collaborative pedagogical practices. It is reaffirmed that this is an ongoing process, which demands collective commitment to ensure the recognition and realization of the right to education for all. Thus, it becomes evident that the consolidation of inclusive education depends not only on the existence of regulations, but, above all, on their effective implementation in everyday school practices.

Keywords: special education; inclusive education; specialized educational services; teacher education.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial constitui-se como uma área em constante construção, que vem adquirindo crescente relevância diante da ampliação das discussões sobre inclusão escolar e da necessidade de apoio e esclarecimentos quanto à sua efetivação. Nesse cenário, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) representa um marco fundamental, ao orientar práticas educacionais voltadas à garantia do direito à educação para todos os estudantes.

Tal política estabelece, como princípio, a promoção do acesso, da participação e da aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

Além disso, o documento destaca a importância da formação docente, da adaptação de recursos pedagógicos e da eliminação de barreiras que possam dificultar o processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, a educação inclusiva passa a ser compreendida não apenas como uma proposta pedagógica, mas como um direito fundamental, o que implica a necessidade de mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais no ambiente escolar.

No âmbito dessas transformações, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel central, especialmente quando articulado à perspectiva da mediação pedagógica, por possibilitar respostas mais qualificadas às necessidades específicas dos estudantes.

Conforme Pavão e Pavão (2023), o AEE torna-se fundamental para a organização de estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, o desenvolvimento e a participação dos estudantes do público-alvo da Educação Especial.

Entretanto, apesar dos avanços no campo legal e teórico, observa-se que a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta inúmeros desafios no cotidiano escolar. Dificuldades relacionadas à formação docente, à escassez de recursos pedagógicos acessíveis, à organização das práticas educativas e à persistência de barreiras atitudinais evidenciam o distanciamento entre o que é proposto pelas políticas públicas e o que, de fato, se concretiza nas escolas. Tal realidade suscita reflexões acerca da qualidade e da efetividade do processo de inclusão, indicando a necessidade de análises mais aprofundadas sobre esse cenário.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo qualitativo, de caráter exploratório-descritivo, desenvolvido por meio de revisão integrativa da literatura. Adotou-se esse método por possibilitar síntese crítica e analítica das produções científicas acerca da implementação da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

O levantamento foi realizado na base CAPES, utilizando os descritores combinados por operadores booleanos: (“Educação Especial” AND “Educação

Inclusiva”)AND (“formação docente” OR “Atendimento Educacional Especializado”). Foram adotados critérios de inclusão e exclusão; segue abaixo demonstrativo:

Quadro 1- foram adotados critérios de inclusão.

Critérios de inclusão:
• artigos publicados entre 2021 e 2026;
• produções em português;
• estudos revisados por pares;
• pesquisas alinhadas ao objeto do estudo.
Critérios de exclusão:
• duplicidades;
• textos sem aderência temática;
• Estudos sem acesso integral.

Fonte: Base de dados CAPES, criada pelos autores.

A análise dos estudos ocorreu por organização em dois eixos temáticos principais: Políticas públicas e educação inclusiva; Formação docente para a educação inclusiva. A interpretação dos achados foi orientada pela análise temática.

Quadro 2 - Levantamento dos artigos da plataforma CAPES.

Autor e Ano	Título do Artigo	Base Capes	Objetivo	Metodologia	Contribuição
Pletsch & Souza (2021)	Educação inclusiva e políticas públicas no Brasil	Revista Brasileira de Educação Especial	Analisar políticas inclusivas	Revisão documental	Subsídios para políticas educacionais
Mantoan (2021)	Inclusão escolar: desafios contemporâneos	Educação em Revista	Discutir inclusão escolar	Ensaio teórico	Base conceitual da inclusão
Glat & Pletsch (2022)	Formação docente para educação inclusiva	Revista Teias	Analisar formação de professores	Revisão bibliográfica	Apoia currículos formativos
Carvalho (2022)	AEE e sala comum: articulações possíveis	Revista Educação Especial	Investigar articulação AEE	Estudo de caso	Contribui para práticas colaborativas
Oliveira & Mendes (2022)	Educação inclusiva e gestão escolar	Cadernos de Pesquisa	Analisar papel da gestão	Pesquisa qualitativa	Fortalece liderança escolar
Baptista (2023)	Políticas de educação especial no Brasil	Educação & Sociedade	Analisar políticas públicas	Análise documental	Aprofunda debate político

Autor e Ano	Título do Artigo	Base Capes	Objetivo	Metodologia	Contribuição
Silva <i>et al.</i> (2023)	Práticas pedagógicas inclusivas	Revista Teias	Mapear práticas inclusivas	Revisão sistemática	Apoio ao professor
Ferreira & Glat (2023)	AEE no ensino fundamental	Revista Brasileira de Educação	Investigar funcionamento do AEE	Pesquisa de campo	Base para reorganização do AEE
Santos (2023)	Inclusão e diversidade na escola pública	Educação em Revista	Discutir diversidade	Ensaio teórico	Amplia visão inclusiva
Pereira & Oliveira (2024)	Educação inclusiva e legislação	Revista Educação Especial	Analisar marco legal	Revisão documental	Fundamentações jurídicas
Me-deiros (2024)	Formação continuada e inclusão	Cadernos de Pesquisa	Analisar formação continuada	Pesquisa qualitativa	Valoriza formação docente
Nascimento & Silva (2024)	AEE e educação integral	Educação em Revista	Investigar AEE em tempo integral	Estudo de campo	Contribui para políticas integradas
Souza (2024)	Educação especial na perspectiva inclusiva	Revista Brasileira de Educação Especial	Discutir paradigma inclusivo	Revisão teórica	Base epistemológica
Almeida <i>et al.</i> (2025)	Inclusão escolar e práticas colaborativas	Revista Teias	Analisar colaboração docente	Pesquisa qualitativa	Fortalece trabalho em equipe
Costa (2025)	Desafios do AEE no Brasil	Educação & Sociedade	Analisar desafios do AEE	Revisão crítica	Análise crítica atual
Ribeiro & Mendes (2025)	Formação inicial e inclusão	Cadernos de Pesquisa	Investigar formação inicial	Pesquisa documental	Subsídios para reformulação
Pletsch <i>et al.</i> (2025)	Intersetorialidade e inclusão	Revista Educação Especial	Analisar ações intersetoriais	Estudo teórico	Fortalece políticas públicas
Silva (2026)	Educação inclusiva e equidade	Educação em Revista	Discutir equidade	Ensaio teórico	Amplia debate ético

Autor e Ano	Título do Artigo	Base Capes	Objetivo	Metodologia	Contribuição
Medeiros & Carneiro (2026)	Políticas inclusivas recentes no Brasil	Revista Brasileira de Educação	Analisar políticas recentes	Análise documental	Atualiza debate nacional
Oliveira (2026)	AEE e práticas pedagógicas	Revista Educação Especial	Investigar práticas do AEE	Pesquisa qualitativa	Base para formação docente

Fonte: Base de dados CAPES, criada pelos autores.

Panorama das produções científicas analisadas

A partir do levantamento e análise das produções acadêmicas apresentadas no Quadro 2.1, observou-se que a temática da educação inclusiva tem sido amplamente discutida no contexto educacional brasileiro, especialmente no que se refere às políticas públicas, à formação docente e ao atendimento educacional especializado (AEE). Os estudos analisados, publicados entre 2021 e 2026, evidenciam a consolidação do paradigma da educação inclusiva como princípio orientador das práticas educacionais e das políticas educacionais no país.

No que concerne às políticas públicas, autores como Pletsch e Souza (2021) e Baptista (2023) apontam avanços significativos no campo normativo, embora ainda persistam desafios relacionados à efetivação dessas políticas no cotidiano escolar. Tais estudos indicam uma distância entre o que é previsto legalmente e as condições concretas de implementação nas instituições de ensino.

Em relação à formação de professores, os trabalhos de Glat e Pletsch (2022), Medeiros (2024), Ribeiro e Mendes (2025) destacam a necessidade de uma formação inicial e continuada que contemple, de forma consistente, os princípios da educação inclusiva. Os resultados indicam que a fragmentação curricular e a insuficiência de práticas formativas comprometem a atuação docente frente à diversidade presente nas salas de aula.

Os estudos que abordam o atendimento educacional especializado ressaltam a importância da articulação entre o AEE e a sala comum, conforme discutido por Carvalho (2022), Ferreira e Glat (2023) e Oliveira (2026). Apesar do reconhecimento da relevância do AEE para o processo de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial, os autores apontam limitações estruturais, organizacionais e pedagógicas que dificultam sua efetiva integração ao ensino regular.

De modo geral, as produções analisadas convergem ao indicar que a consolidação da educação inclusiva requer não apenas avanços legislativos, mas também investimentos na formação docente, na gestão escolar e na organização dos serviços de apoio. As lacunas identificadas na literatura reforçam a necessidade de aprofundamento das investigações sobre práticas pedagógicas inclusivas e estratégias de articulação entre políticas públicas e o cotidiano escolar, aspecto que fundamenta a relevância da presente pesquisa.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A literatura analisada evidencia que a consolidação da educação inclusiva não depende exclusivamente da existência de marcos legais, mas das condições concretas para sua implementação. Os estudos apontam que a tensão entre normatividade e prática expressa limites estruturais das redes de ensino e revela que o direito à inclusão ainda se materializa de modo desigual.

Mais do que dispositivos regulatórios, as políticas inclusivas configuram processos históricos em disputa, atravessados por questões de financiamento, gestão, intersectorialidade e formação profissional. Nessa perspectiva, a inclusão é compreendida como produção institucional e não mero efeito automático da legislação.

Os achados indicam que persistem contradições entre garantia formal de direitos e efetivação pedagógica, reafirmando a necessidade de políticas articuladas e sustentáveis.

Analisando o estudo de Pletsch e Souza (2021), é possível perceber destaque quando se revela que as políticas públicas brasileiras, voltadas à educação inclusiva, vêm sendo estruturadas a partir de marcos legais que buscam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes do público-alvo da educação especial. Em que pese, as autoras, baseadas em revisão documental, apontam avanços significativos no campo normativo e, ao mesmo tempo, evidenciam lacunas relacionadas à implementação dessas políticas nos contextos escolares.

Salienta-se que essa tensão entre formulação e prática evidencia nítida necessidade de integração e alinhamento entre as diretrizes legais e as condições concretas das redes de ensino.

Nesse direcionamento, Baptista (2023) aprofunda o debate quando analisa as políticas de educação especial no Brasil e enfatiza que tais políticas não podem ser compreendidas apenas como dispositivos legais, mas devem ser percebidas assertivamente, como processos históricos e políticos em constante disputa. O autor realça que a educação inclusiva exige a superação de modelos segregadores e a construção de práticas institucionais que valorizem a diversidade. Obviamente, tais aspectos implicam mudanças estruturais nas escolas e nos sistemas educacionais utilizados atualmente.

É importante mencionar o fato de a abordagem de entendimento dos autores supracitados, a exemplo de Pereira e Oliveira (2024), no que tange às dimensões normativas das políticas inclusivas. Os autores aduzem com clareza a importância do arcabouço legal na garantia de direitos educacionais. Transcorrem de maneira inequívoca sobre o significativo avanço da legislação brasileira quanto ao conhecimento e reconhecimento da educação inclusiva como direito fundamental. Porém, não podemos ignorar que a real efetividade deste reconhecimento ainda depende de articulação entre esferas governamentais distintas e, principalmente, da incansável atuação dos profissionais da educação para, de fato, concretizar tais diretrizes.

Outro aspecto relevante do tema em questão trata da necessidade de integração entre diferentes políticas públicas. Os autores, Pletsch *et al.* (2025), destacam a intersetorialidade como elemento central para a promoção da inclusão, defendendo a articulação entre educação, saúde e assistência social como pontos de estratégia para atender às múltiplas necessidades dos estudantes. Essa abordagem demonstra ampla compreensão da educação inclusiva, pois transfere-a de um campo exclusivamente educacional para uma perspectiva de garantia de direitos, muito mais abrangente.

Em análise mais recente das políticas inclusivas contemporâneas no Brasil, Medeiros e Carneiro (2026) apontam avanços no reconhecimento da diversidade e na ampliação de programas voltados à inclusão.

Porém, os autores apresentam desafios persistentes quanto à desigualdade regional, à formação de professores e à disponibilidade de recursos pedagógicos e estruturais. Tais elementos deixam claro que, ainda que estejamos contemplando certos progressos no plano das políticas públicas, a materialização destes feitos precisa superar entraves significativos ainda existentes.

Ademais, a produção de Medeiros (2024) contribui com entendimento amplamente demonstrado, ao evidenciar que a formação continuada de professores, ainda que não seja uma política isolada, integra essencialmente o conjunto de ações públicas necessárias à efetivação da inclusão. Logo, é sabido que a qualificação docente é percebida como condição indispensável para que as políticas educacionais se traduzam em práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar.

Dessa forma, torna-se claro que as políticas públicas constituem um eixo estruturante essencial da educação inclusiva, sendo responsáveis por orientar práticas, garantir direitos e promover a equidade no acesso à educação. Entretanto, na literatura analisada evidencia-se que a implementação efetiva destas políticas vem acompanhada da necessária demanda de investimento contínuo, compromisso político e participação ativa dos diferentes “atores” envolvidos no processo educativo.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A formação docente emerge como eixo estruturante para a materialização das políticas inclusivas. As produções analisadas convergem ao indicar que desafios da inclusão não podem ser atribuídos exclusivamente ao professor, mas relacionam-se às condições de formação inicial e continuada ofertadas institucionalmente.

Os estudos evidenciam fragilidades na articulação entre teoria e prática, lacunas curriculares e insuficiência de processos formativos que contemplem a diversidade como princípio pedagógico.

Nesse contexto, a formação é compreendida não apenas como aquisição técnica, mas como processo crítico-reflexivo indispensável para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Glat e Pletsch (2022) corroboram ao destacarem que a formação de professores para a educação inclusiva ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à articulação entre teoria e prática. As autoras, a partir de uma revisão bibliográfica, evidenciam que muitos cursos de formação inicial apresentam lacunas no tratamento das temáticas relacionadas à educação especial, o que compromete a atuação docente frente à diversidade.

Nesse contexto, defendem a necessidade de currículos formativos que incorporem a perspectiva inclusiva de maneira transversal, promovendo uma compreensão ampliada das diferenças e das estratégias pedagógicas necessárias para atender a todos os estudantes.

Complementando essa análise, Ribeiro e Mendes (2025) ressaltam que a formação inicial de professores ainda carece de maior aprofundamento no campo da educação inclusiva. A pesquisa documental realizada pelos autores indica que, embora haja avanços na inserção do tema nos cursos de licenciatura, persistem fragilidades na abordagem prática e na preparação efetiva dos futuros docentes para o trabalho em salas heterogêneas.

Tal cenário aponta para a urgência de reformulações curriculares que contemplem tanto aspectos teóricos quanto experiências práticas significativas.

No âmbito da formação continuada, Medeiros (2024) evidencia sua relevância como estratégia para o aprimoramento das práticas docentes em contextos inclusivos. A autora demonstra que a formação em serviço possibilita a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, favorecendo a construção de saberes que emergem do cotidiano escolar. Além disso, destaca que processos formativos contínuos contribuem para o fortalecimento da autonomia docente e para a implementação de práticas mais sensíveis às necessidades dos estudantes do público-alvo da educação especial.

Dessa forma, a formação docente, em suas dimensões inicial e continuada, configura-se como elemento indispensável para a promoção da educação inclusiva. A literatura analisada converge ao indicar que a qualificação dos professores deve ser compreendida como um processo permanente, que articule conhecimentos teóricos, experiências práticas e reflexão crítica, possibilitando a construção de ambientes educacionais mais equitativos e acessíveis.

Assim, entende-se que o (AEE) ocupa um lugar estratégico no contexto da educação inclusiva, sendo responsável por complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes do público-alvo da educação especial. Sua efetividade, contudo, está diretamente relacionada à articulação com as práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula comum, o que exige planejamento colaborativo e integração entre os profissionais envolvidos.

Carvalho (2022), em seu artigo AEE e sala comum, evidencia que práticas colaborativas entre professores especializados e docentes regentes são fundamentais para a construção de estratégias pedagógicas inclusivas. O estudo de caso realizado pela autora demonstra que a ausência dessa articulação pode comprometer o desenvolvimento dos estudantes, reforçando a necessidade de diálogo constante e planejamento conjunto.

Na mesma direção, Ferreira e Glat (2023) analisam o funcionamento do AEE no ensino fundamental, destacando que sua organização e implementação ainda apresentam desafios significativos. Os autores apontam que, embora o AEE seja reconhecido como um serviço essencial, sua efetividade depende de condições estruturais adequadas, formação dos profissionais e integração com o currículo escolar. Tais elementos são fundamentais para que o atendimento não se configure como um espaço isolado, mas como parte integrante do processo educativo.

Por sua vez, Oliveira (2026) contribui ao discutir as práticas pedagógicas no âmbito do AEE, enfatizando a importância de metodologias diversificadas e centradas nas necessidades dos estudantes. A autora evidencia que o trabalho pedagógico no AEE deve estar alinhado às demandas da sala comum, promovendo estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem dos alunos em diferentes contextos.

Destarte, observa-se que o AEE, quando articulado de forma efetiva às práticas pedagógicas, potencializa a inclusão escolar, contribuindo para a construção de um ensino mais acessível e equitativo. No entanto, a literatura indica que sua consolidação ainda depende de avanços na formação docente, na organização institucional e na promoção de práticas colaborativas no interior das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que o distanciamento entre o discurso legal e as práticas educacionais permanece como tensão central na implementação da educação inclusiva.

Embora os avanços normativos sejam inegáveis, a análise aponta que a consolidação da inclusão requer mais do que dispositivos legais: demanda condições institucionais, investimento público, formação docente consistente e reorganização das práticas pedagógicas.

Como contribuição, este estudo reforça a compreensão de que a inclusão deve ser analisada como processo político-pedagógico em construção, reconhecendo como limitação o recorte bibliográfico adotado.

Estudos futuros poderão aprofundar investigações empíricas sobre práticas inclusivas em contextos escolares concretos. Entendendo que esse é um processo em construção, que demanda compromisso coletivo para garantir o reconhecimento e a aplicação do direito à educação para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. P. *et al.* Inclusão escolar e práticas colaborativas. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, 2025.

BAPTISTA, C. R. Políticas de educação especial no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, 2023.

- CARVALHO, R. E. Atendimento educacional especializado e sala comum: articulações possíveis. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, 2022.
- COSTA, V. A. Desafios do atendimento educacional especializado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, 2025.
- FERREIRA, J. R.; GLAT, R. Atendimento educacional especializado no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2023.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. Formação docente para educação inclusiva. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, 2022.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: desafios contemporâneos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2021.
- MEDEIROS, J. S. Formação continuada de professores e educação inclusiva. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2024.
- MEDEIROS, J. S.; CARNEIRO, R. M. Políticas inclusivas recentes no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2026.
- NASCIMENTO, R. S.; SILVA, T. C. Atendimento educacional especializado e educação integral. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2024.
- OLIVEIRA, A. A. S. Atendimento educacional especializado e práticas pedagógicas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, 2026.
- OLIVEIRA, A. A. S.; MENDES, E. G. Educação inclusiva e gestão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2022.
- PEREIRA, L. P.; OLIVEIRA, M. S. Educação inclusiva e legislação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, 2024.
- PLETSCH, M. D. *et al.* Intersetorialidade e inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, 2025.
- PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. Educação inclusiva e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, 2021.
- RIBEIRO, L. M.; MENDES, E. G. Formação inicial de professores e educação inclusiva. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2025.
- SANTOS, B. S. Inclusão e diversidade na escola pública. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2023.
- SILVA, A. R. Educação inclusiva e equidade educacional. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2026.
- SILVA, M. L. *et al.* Práticas pedagógicas inclusivas. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, 2023.
- SOUZA, F. F. Educação especial na perspectiva inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, 2024.